

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na aurora deste novo milénio tornou-se numa evidência a crescente importância do sector das telecomunicações nas sociedades modernas, designadamente pela emergência de uma sociedade da informação, comunicação e do conhecimento em tempo real e do papel infra-estrutural das tecnologias de informação e comunicação na construção de novos paradigmas.

Neste estágio de desenvolvimento obriga-nos a uma reflexão sobre as telecomunicações no espaço dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as políticas que os nossos países desenvolvem e as áreas de cooperação.

Se por um lado as tecnologias de comunicação e informação estão largamente difundidas e implementadas no mundo globalizado, verificamos ainda situações assimétricas, com níveis de desenvolvimento díspares. Torna-se pertinente reflectir sobre algumas questões como a promoção do investimento em infra-

estruturas e a promoção do acesso universal, rompendo assim com assimetrias locais, regionais, internacionais e sociais.

O objectivo de garantir o acesso universal aos serviços com qualidade e com custos que sejam comportáveis, fica mais passível de ser enfrentado. Falar da CPLP, nestas ocasiões, é o sermos capazes de nos conectarmos, procurando estabelecer o diálogo, neste sector que tem espaço de progressão.

Quando se observa a CPLP, os Estados-membros que a compõem, constata-se a sua diversidade, a sua pluralidade, verifica-se as economias diferenciadas, e é este o ponto de partida, não o ponto de chegada. Os Estados-membros são diferentes, díspares. É necessário saber se essa disparidade é necessariamente um elemento de bloqueio, pois, se somos simplesmente obrigados a constatar a fraqueza dos recursos que estão ao nosso dispor e a assumir a fatalidade da situação; ou se, reconhecemos que nesse ponto de partida, existem oportunidades, algum espaço de intervenção no qual, normalmente, somos chamados a encontrar mecanismos que criem essas oportunidades.

Essa diferenciação é, fundamentalmente, ao nível da informação e das oportunidades.

A nossa comunidade reclama oportunidades. Oportunidades de formação; oportunidades de se ser capaz de transformar o meio em que está inserido.

Quando a CPLP foi instituída estabeleceu três eixos fundamentais de intervenção: a promoção da língua, a concertação política e diplomática e a cooperação. É necessário compreender, ao fazer uma avaliação retrospectiva, quem colocou estas questões; é preciso entender que os Estados, ao entrarem em organizações multilaterais, mantêm a sua soberania. E é em função dos consensos que forem possíveis estabelecer que a organização encontra um espaço de intervenção.

Tendo em conta o ambiente em que se vivia quando se constituiu esta organização, consegue-se compreender melhor, que os Estados, sobretudo os africanos, ao mesmo tempo que queriam uma afirmação num espaço internacional, que é multilateral, também enfrentavam um desafio muito importante o da sua própria afirmação enquanto Estados. Temos que partir do que é básico, do que é menos conflituoso. E esse ponto de partida é, exactamente, o podermos dizer que temos uma língua que é comum; e essa língua é expressão de uma história que tem muito de comum, e é com esta base que encontramos o objectivo, o desafio.

Considero que as questões mais importantes e relevantes, quando se aborda a CPLP, são a formação e as oportunidades. E são também a ponte de ligação para o tema do desenvolvimento do sector das telecomunicações na CPLP.

As novas tecnologias de informação e comunicação oferecem muito, mas o principal que deve oferecer é a possibilidade de minimizar as distâncias que separam os estados, as suas carências e dificuldades com as oportunidades. Penso que esse é um desafio muito complexo: levar a oportunidade a todos os jovens que hoje querem realmente aprender e transformar o seu meio, não é um desafio fácil. Mas penso que, para o abordar, nós temos que ser capazes de nos “conectarmos”, pelo menos, se estamos a fazer essa conexão de forma divergente, ou estamos apenas a reconhecer que o ponto de partida para essa conexão é divergente e múltiplo, o que também não é necessariamente negativo”, comenta este representante da CPLP.

A questão económica dos países é um dos elementos que merecem análise, e existem estudos muito concretos, por exemplo, o valor económico da língua portuguesa; ou seja, em grande medida, os ganhos económicos que os Estados-membros da CPLP acabam por auferir têm muito a ver com as matérias-primas que explora mas também está relacionado com a capacidade de tornar relevante a sua aptidão para prestar

serviços e todos os ganhos estão em última análise relacionados com a língua. No caso de Portugal, num estudo feito pelo Instituto Camões (ainda numa fase preliminar), aponta para o facto de cerca de 17% do PIB português estar directamente relacionado com ganhos que são proporcionados pela língua.

Na actualidade, nós não estamos a explorar todas as oportunidades que podem estar à nossa frente, não estamos a explorar todas as oportunidades que nos são oferecidas o que significa um mar de oportunidades de desenvolvimento deste sector.

Uma economia como a guineense, virada para um mercado comum, mesmo afirmando ser uma zona que abre perspectivas para cerca de 80 milhões de pessoas, terá sempre dificuldades em enfrentar a concorrência, em ser realmente uma economia concorrencial senão tiver por detrás um substrato que seja preenchido por competências, por capacidades, por outra estrutura económica mais sólida. É isto o que deve representar a nossa Organização. É isto que deve ser a CPLP.

A nossa Organização está num processo de crescimento, vai completar 15 anos, e seria um pouco penalizante achar que podíamos dar saltos muito maiores. É positivo considerarmos que nós temos sempre espaço para progredir. Temos que ser ambiciosos, temos que ser capazes de fazer mais. Mas também

temos que ser capazes de não darmos passos maiores que as próprias pernas. Achamos que a CPLP pode dar um salto qualitativo importante, que terá reflexos directos na capacidade de utilização daquilo que as novas tecnologias hoje nos oferecem, e que terá resultados muito concretos na forma como nós realizamos negócios.

A CPLP só vai conseguir atingir minimamente os objectivos a que se propõe quando passar a ser realmente responsabilidade da Comunidade. Quando todos reunidos, assumirmos que se encontrarmos elementos que não estão a ser devidamente valorizados pelas nossas estruturas, chamarmos a atenção e responsabilizamos as estruturas para o fazer. Quando estamos reunidos com os nossos advogados da CPLP, sermos capazes de ouvir um pedido de responsabilização, mas assumirmos também a nossa própria responsabilidade.

A CPLP será aquilo que nós decidirmos que ela seja. A CPLP não poderá ultrapassar os Estados-membros. E são os Estados-membros que vão ter que marcar o passo da nossa Organização. E é por isso que nós achamos que temos oportunidade de dar um passo importante neste domínio.